

---

## **20 ANOS DA LEI 10.639/2003 E O ENSINO DAS LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

*20 YEARS OF LAW 10.639/2003 AND THE TEACHING OF PORTUGUESE LANGUAGE LITERATURES*

**Norma Sueli Rosa Lima<sup>1</sup>, Vera Lúcia da Rocha Maquêa<sup>2</sup>**

*<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
normalim@gmail.com*

*<sup>2</sup> Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, MT, Brasil  
maqueav@unemat.br*

### **APRESENTAÇÃO**

O Dossiê 24 da *Pensares em Revista* reflete, através de seis artigos selecionados, sobre os vinte anos da lei que instituiu o ensino da Cultura afro-brasileira para a Educação Básica, em sua relação direta com práticas docentes voltadas para as manifestações artísticas, preferencialmente aquelas em torno da leitura literária. Cultura, aqui, deve ser compreendida do ponto de vista de um conjunto de manifestações representativas da comunidade acadêmica que teoriza, mas que também luta e pratica, entendendo que essas ações só têm sentido se for para construir utopias realistas, como percebeu Boaventura de Sousa Santos (2021). Entendemos que o exame dessa Lei, voltado para as experiências literárias, recusa modelos antigos de ensino que pensavam a Literatura como uso prescritivo para a Língua ou mesmo para a história canônica de autores e obras dominantes.

Essa proposta de dossiê faz-se necessária, sobretudo no momento político que a sociedade brasileira atravessa atualmente, com evidentes retrocessos no campo social, em que avanços conquistados nas últimas duas décadas seguem largamente sendo desconstruídos, por meio de antipolíticas públicas que vão de encontro ao combate ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação. Nesse sentido, a *Pensares em Revista* apresenta as produções a seguir, contemplando trabalhos realizados por professoras e professores que têm se dedicado a essa temática, contribuindo com o estabelecimento de uma educação inclusiva, cidadã e

para a diversidade.

Por aliar pesquisa e ensino à prática docente, os textos que se seguem são amostras do que vem sendo feito em diferentes regiões do país, confirmando a importância de ações afirmativas para a inclusão nos currículos, em todos os níveis da educação, da valorização das culturas africanas e do seu importante legado para a formação da sociedade brasileira.

Entendemos ser importante tanto comemorarmos as inegáveis conquistas obtidas pela Lei, quanto continuarmos na estrada da reivindicação para que, cada vez mais, ela sirva de motivação para ações voltadas para, no caso específico dos docentes de Português (ou de Linguagens e Tecnologias em seus diálogos com outras áreas), o combate a preconceitos através da leitura literária de autores e autoras que tematizaram esteticamente o respeito à diversidade.

Além dessa contribuição, que se expande pelo campo da ética, do direito e da política, é preciso destacar que os artigos que compõem esse número tratam de obras literárias, uma das práticas culturais simbólicas que contém elementos fundamentais para a consolidação dos direitos humanos e que, como obras de arte, como lembra Antonio Candido, são bens incompressíveis, sendo, portanto, um direito inalienável de todo ser humano.

O primeiro artigo, “Literaturas africanas de língua portuguesa e Literatura afro-brasileira: leitura e formação de leitores”, de Norma Sueli Rosa Lima e Sandra Regina Brito Curvelo é um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do ProfLetras UERJ, cujo objetivo principal foi o de, tendo como base a leitura de textos literários das literaturas africanas de língua portuguesa e afro-brasileira, levar a alunos e alunas de escola pública municipal reflexões dessas produções, a partir do trabalho voltado para a poesia, a música e outras manifestações midiáticas.

A seguir, Simone de Barros Berte e Vera Maquêa em “A lei 10.639/03 e perspectiva do ensino de Literaturas Africanas e Afro-brasileira: rumo a uma educação antirracista” evidenciam que a escola, como espaço de educação formal, ainda é, ou pode tornar-se, lugar em que aconteçam transgressões transformadoras. Na experiência organizada pelas autoras, a qual envolveu trinta e nove professores de trinta e nove escolas da Rede estadual de Educação de Mato Grosso, que lecionam

---

nos anos finais dos Ensinos Fundamental e Médio, encontramos uma discussão sobre a importância e o papel da leitura na educação antirracista e na valorização da diversidade étnica. As autoras refletem sobre a formação do tecido social e alertam para a necessidade de superar preconceitos e valorizar as culturas africanas e afro-brasileira, reafirmando o direito das pessoas negras de acessarem bens culturais, sociais e materiais, combatendo a negação de pessoas por motivos que foram e são inventados para a exclusão e para a opressão.

Em “Do ensino básico ao *stricto sensu*: um relato da pesquisa e ensino no norte de Mato Grosso, em consonância com a lei 10.639/2003”, Antonio Aparecido Mantovani e Genivaldo Rodrigues Sobrinho realizam interessante investigação, que envolveu estudantes de graduação e de pós-graduação, além de gestores e professores, para averiguarem como esses estudantes e profissionais constatarem a aplicabilidade da lei nas escolas e nas Universidades onde atuam ou estudam. Realizam, também, um levantamento a respeito das dissertações de mestrado da UNEMAT, *Campus* de Sinop, elaboradas nos programas de Mestrado do PPGLetras, com quatro turmas entre 2016 e 2020, e em cinco turmas do ProfLetras, entre 2015 e 2021.

No artigo apresentado a seguir, “Lei 10.639/03 e a literatura angolana: Pepetela e Ondjaki”, Aparecida Cristina da Silva Ribeiro aborda de que forma a lei 10.639/03 possibilitou a circulação das Literaturas Africanas de língua portuguesa nas escolas e desenvolve a análise de dois romances angolanos: *Predadores* (2008), de Pepetela, e *Os Transparentes* (2013), de Ondjaki, a fim de que professores e estudantes possam ter acesso a pontos de vista sobre o mundo e reconhecer experiências compartilhadas por meio das literaturas africanas de língua portuguesa.

O próximo artigo, “A Literatura Infantil ‘O cabelo de Lelê’, de Valéria Belém, em diálogo com a lei 10.639/03”, de Lisiane Oliveira e Lima Luiz, envereda pelo fascinante mundo da literatura para crianças com a finalidade de destacar a importância da representatividade de meninas negras de cabelos crespos como protagonistas dos livros infantis, contribuindo para a elevação da autoestima dessas crianças. Segundo

---

a autora, o livro é uma oportunidade de experiência singular de leitura literária, além de proporcionar reflexões salutares sobre a necessidade de se continuar lutando no campo da educação contra a desigualdade e discriminação racial.

No último texto, “Tensões e intervenções no uso dos saberes de matriz africana como prática pedagógica do ensino de educação musical”, Edna Alencar Castro e Elisângela de Jesus Santos afirmam ser necessário intervir na realidade social, criando estratégias de transformação e implementação de práticas pedagógicas descolonizadoras que se tornem capazes de compartilhar os saberes tradicionais de matriz africana, para viabilizar uma redemocratização no ensino de música, no que concerne à identidade africana.

O número 24 da *Pensares em Revista* é composto também pela seção *Vária*, que apresenta dois artigos. No texto “Percepções de professores de línguas sobre o processo de ensino, aprendizagem e os centros de idiomas: (re)visitando conceitos e espaços formativos”, Iandra Maria Weirich da Silva Coelho apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa que investigou percepções de professores de inglês e espanhol do Instituto Federal do Amazonas sobre o ensino e aprendizagem de línguas, com foco no Centro de Idiomas.

Nathalia Maria de Sousa Feitosa, Diana Maria Leite Lopes Saldanha, em “Rapunzel dos irmãos Grimm: um estudo entre as versões do conto publicadas em 1812 e 1857”, Nathalia Maria de Sousa Feitos e Diana Maria Leite Lopes Saldanha analisam a primeira versão dos irmãos Grimm para o conto citado no título, contrastando-a com a sétima versão da mesma narrativa. A análise funda-se no método estrutural de análise morfológica concebido por Propp (2006) e no estudo de Nelly Novaes Coelho (2000) sobre a Literatura para crianças e jovens.

Acreditamos que, com a organização desse número, tenhamos colaborado tanto com análises sobre os caminhos trilhados, quanto com aqueles ainda a serem percorridos em direção à valorização do ensino das culturas africanas e afro-brasileira.

Norma Sueli Rosa Lima  
Vera Lúcia da Rocha Maquêa  
(Organizadoras)

**Sobre as Organizadoras****Norma Sueli Rosa Lima**

Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense – UFF, Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, instituição na qual também cursou a Graduação e a Licenciatura em Letras (Português-Literaturas). Professora Adjunta do Departamento de Letras da UERJ, Coordenadora da área de Linguagens e suas Tecnologias da Pós-Graduação Lato Sensu Formação de Profissionais da Educação do Ensino Médio, convênio UERJ/SEEDUC. Docente permanente da área de Estudos Literários do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras e Linguística (PPLIN) e do Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras). Editora Adjunta da Revista SoeTras e Líder do Grupo de Pesquisa Brasil, Cabo Verde: Literatura, Educação e História (UERJ-CNPq).

**Vera Lúcia da Rocha Maquêa**

Possui Graduação/Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Inglesa e respectivas Literaturas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1992), Especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG (1996); Mestrado em Letras (Literatura Brasileira) pela Universidade Federal do Paraná (1999) e Doutorado em Letras (Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (2007). Realizou estágios de doutorado na Universidade de Lisboa (2006) , além de estágios de Pós-doutorado na Université Sorbonne-Nouvelle - Paris 3 (2010-2011) e na Université Lumière Lyon 2, França (2021-2022). É professora Adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso, do PPGE (Mestrado e Doutorado) e do PROFLetras da UNEMAT.